

MARIA GESLANE SALES
KARLA LUANA GOMES CUNHA
ADEMILSON DE SOUSA BARBOSA
SÉRGIO TEIXEIRA LIMA

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

GT 05: FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E PROFSOCIO: PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

O MAPA MENTAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO NA PRÁTICA
PEDAGÓGICA: IMPACTOS NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE
APRENDIZAGEM

SÃO PAULO/SP
2025

O MAPA MENTAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: IMPACTOS NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

Maria Geslane Sales ¹
Karla Luana Gomes Cunha ²
Ademilson de Sousa Barbosa ³
Sérgio Teixeira Lima ⁴

RESUMO

Este trabalho investigou os impactos do uso de mapas mentais como ferramenta de apoio na prática pedagógica na disciplina de Sociologia, com estudantes do 3º ano do ensino médio em uma escola pública. A pesquisa adotou abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando avaliações bimestrais e questionários socioeconômicos para analisar o desempenho dos alunos antes e depois da intervenção. A fundamentação teórica baseou-se na teoria dos capitais de Pierre Bourdieu, considerando os fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam a aprendizagem. Os resultados indicaram melhora nas médias após o uso dos mapas mentais, principalmente em avaliações objetivas. Contudo, as desigualdades entre os estudantes permaneceram, com os que já apresentavam melhores condições mantendo-se à frente. A comparação com anos em que os mapas não foram utilizados revelou queda no desempenho. Conclui-se que os mapas mentais são recursos didáticos eficazes, de fácil aplicação, que contribuem para a organização do conhecimento e o avanço da aprendizagem, ainda que não sejam suficientes para eliminar as disparidades educacionais.

Palavras-chave: Mapas mentais, Ensino, Sociologia, Desigualdades, Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

A prática pedagógica desempenha um papel essencial nos processos de ensino e aprendizagem, visto que os métodos adotados pelo professor influenciam diretamente o desenvolvimento dos estudantes. É fundamental que o docente valorize a realidade dos alunos, associando seus conhecimentos prévios aos saberes escolares.

Os diferentes contextos socioeconômicos e culturais impactam de maneira distinta a trajetória estudantil, desafiando a escola a se adaptar a essa diversidade, especialmente após a democratização do ensino, que ampliou o acesso à educação.

¹ Mestre do Curso de Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, professora de Sociologia – SEDUC/CE, branca, mulher cis, Itapipoca/CE maria.sales6@prof.ce.gov.br;

² Doutoranda em Ciências da Educação pelo Instituto Educantier, Coordenadora do Projeto Professor Diretor de Turma/CREDE02, parda, mulher cis, Itapipoca/CE karlaluana.gomes91@gmail.com;

³ Mestrando do Curso de Sociologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, professor de Sociologia/SEDUC, pardo, homem cis, Itapipoca/CE ademilsondesousa10@gmail.com;

⁴ Mestrando do Curso de Sociologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, professor de Sociologia, negro, homem cis, Itapipoca/CE sergioteixlima10autor3@gmail.com;

Nesse cenário, esta pesquisa e o projeto de intervenção foram desenvolvidos com o objetivo de auxiliar o ensino e a aprendizagem de docentes e estudantes do terceiro ano do ensino médio na disciplina de Sociologia.

O estudo teve como propósito analisar os impactos do uso de mapas mentais na aprendizagem, investigando como essa ferramenta contribui para a organização do conhecimento e a retenção de informações. Além disso, buscou compreender a influência de variáveis sociais, econômicas e culturais na aprendizagem dos alunos.

A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa e quantitativa, combinando pesquisa bibliográfica, fundamentada na teoria dos capitais de Pierre Bourdieu, e pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários de Sociologia e socioeconômico.

Os resultados indicaram que os mapas mentais foram eficazes para a aprendizagem, proporcionando melhora nas notas dos alunos. No entanto, ao considerar as variáveis analisadas, observou-se que as disparidades entre os estudantes permaneceram, uma vez que aqueles com notas mais altas continuaram à frente, mesmo com o progresso geral do grupo.

Dessa forma, conclui-se que os mapas mentais são um recurso metodológico relevante para a prática pedagógica, contribuindo para a aprendizagem, mas sem reduzir significativamente as desigualdades acadêmicas entre os estudantes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia adotada nesta pesquisa é o estudo de caso, com foco nos estudantes do 3º ano do ensino médio, por meio da análise quantitativa e qualitativa de dados obtidos através de avaliações bimestrais de Sociologia e de questionários socioeconômicos.

A avaliação, aplicada ao final do primeiro bimestre, consistiu em dez questões objetivas sobre o conteúdo lecionado e foi a mesma utilizada em 2022, permitindo uma comparação mais precisa dos resultados e do impacto do uso dos mapas mentais. Ressalta-se que essa avaliação já integra a rotina escolar, compondo a média dos alunos, e não foi aplicada exclusivamente para fins da pesquisa.

Participaram do estudo quinze turmas do 3º ano, sendo que duas delas (N e O, do turno da tarde) não utilizaram o livro didático devido à falta de reposição após

a implantação do Novo Ensino Médio. O livro, utilizado desde 2018, é um dos recursos considerados na pesquisa e serviu de base para a elaboração dos mapas mentais, tornando-se essencial para alunos que não possuem outros meios de estudo.

Além da avaliação, foi aplicado um novo questionário socioeconômico em 2023, com o objetivo de traçar o perfil das turmas. Assim como em 2022, o instrumento investigou aspectos como sexo, idade, estado civil, local de residência, escolaridade da mãe/cuidadora, recebimento de benefícios do governo e aceitação dos mapas mentais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A prática pedagógica, enquanto ação cotidiana do docente, é determinante para os processos de ensino e aprendizagem no contexto escolar. Ela envolve a seleção de conteúdos, a escolha de abordagens metodológicas e a capacidade de articular teoria e prática de forma significativa para os estudantes. Em um cenário educacional marcado por desigualdades sociais, econômicas e culturais, torna-se fundamental que a prática pedagógica seja planejada de modo a considerar as realidades diversas dos discentes, promovendo não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a mediação da aprendizagem.

A democratização do ensino no Brasil ampliou significativamente o acesso à educação básica, incluindo um público heterogêneo, muitas vezes em condições de vulnerabilidade social. Essa realidade exige do professor um constante repensar de sua prática, buscando ferramentas que favoreçam a inclusão e a permanência dos alunos, bem como o desenvolvimento de competências necessárias para sua formação cidadã. Diante disso, o uso de mapas mentais surge como uma proposta metodológica viável, especialmente no ensino de disciplinas teóricas como a Sociologia.

O ensino de Sociologia no Brasil enfrenta desafios durante toda sua trajetória, marcada pela intermitência e descontinuidade. Um dos marcos mais recentes dessa história da Sociologia no Brasil foi a instituição da lei nº 11.684/08 que alterou o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tornou as disciplinas de Filosofia e Sociologia obrigatórias nos currículos de todas as séries do ensino médio.

A lei de obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio representou um importante avanço para o ensino de Sociologia no Brasil, assim como para a educação básica em geral.

Todavia, posteriormente, com a Lei nº 13.415/2017 que alterou a LDB 9394/96, propondo uma nova estrutura para o ensino médio, o ensino de Sociologia na educação básica foi golpeado, havendo uma profunda alteração no art. 36 que propunha anteriormente a obrigatoriedade não somente da Sociologia, como da Filosofia. De acordo com Moraes (2017, pp. 5-6):

através da Lei nº13.415/17, de 16 de fevereiro de 2017, instituiu-se a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral que, dentre as suas medidas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando a obrigatoriedade de Sociologia, Artes, Filosofia e Educação Física do Ensino Médio e colocando itinerários formativos com ênfase em áreas de conhecimento, a saber: Linguagens; Matemática; Ciências da natureza; Ciências humanas; e a formação técnica e profissional. [...] O ensino da Sociologia passa a compor o itinerário das Ciências Humanas e segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio, que incluem os estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, entretanto, deixam lacunas no seu entendimento e interpretações.

Com a Reforma, as aulas passam a se concentrar nas áreas de formação, dessa forma, a Sociologia que já integrava a área de Ciências Humanas no ensino médio, deixa de ser ensinada com base em suas especificidades científicas, já que é uma ciência independente, e passa a ser inclusa em grupo de outras ciências. Segundo Castro (apud FERRETI, p. 38, 2018), o ensino médio

não terá separação de habilidades por disciplinas, mas pelas áreas de conhecimento [...] as áreas serão entendidas como áreas, não como disciplinas. As escolas que decidirão como trabalhar essas competências dentro de cada disciplina.

Essas alterações, promoveram também mudanças nos livros didáticos e conseqüentemente contribuíram com a desvalorização dos professores licenciados em Sociologia, já que a própria lei institui no inciso IV em seu art. 61 a possibilidade de que postos de trabalho possam ser ocupados, por “profissionais detentores de notório saber”.

Faz-se fundamental ressaltar que apesar da breve discussão em torno da recente trajetória da Sociologia na educação básica, essa já remete há quase um século, havendo por todo o caminho, instabilidades e inseguranças em relação a sua promoção.

Diante de todos os aspectos negativos ocasionados em virtude das incertezas da Sociologia no ensino médio, o fator principal está associado a aprendizagem dos estudantes, tendo em vista que a Sociologia contribui com a formação crítica, possibilitando a compreensão mais efetiva da dinâmica social, além de proporcionar o desenvolvimento das capacidades de argumentar em relação a essa dinâmica.

O retorno mais recente da do ensino de Sociologia na educação básica possui relação como já foi dito, com leis aprovadas após a redemocratização, sendo assim, de acordo com Simone Meucci, a crise da democracia acarreta também os questionamentos em torno da importância da Sociologia no ensino médio. Para Meucci (2015, p. 258)

[...] os vínculos da Sociologia escolar com a democratização foram tão fortemente constituídos que o crescimento da percepção sobre o fracasso das conquistas democráticas conduz ao aumento do questionamento acerca da sua posição curricular e sua finalidade escolar. Ou seja, a desqualificação da democracia conduz também à uma 'desqualificação do currículo escolar democrático', em particular da Sociologia, tão recentemente institucionalizada sob o argumento da 'formação cidadã'. Esse fenômeno ocorre, ironicamente, num momento em que o avanço do repertório, métodos e recursos para o ensino da Sociologia nas escolas é notável, e sua representação em associações científicas, bem como a constituição de cursos de formação e de bibliografia especializada, também mais nítida. Isso significa que, por um lado, estamos mais vulneráveis, porém, por outro, estamos também mais fortes.

A relação que há entre a democracia e a Sociologia é importante e como diz a autora, concepções que defendem falhas na democracia e influenciam a confiança que a sociedade possui nela, pode afetar diretamente a valorização e o papel curricular da Sociologia nas instituições de ensino.

Percebe-se dessa forma, uma contradição, já que ao passo em que a Sociologia nas últimas décadas passa por progressos importantes no sistema educacional brasileiro, a crise democrática gera desvalorização em torno da relevância dessa ciência.

Isso remonta a importância do papel da Sociologia e sua consolidação nas escolas, assumindo uma posição fundamental na formação crítica dos estudantes, principalmente em tempos de ataques a democracia.

Sendo assim, faz-se fundamental a utilização de instrumentos, como os mapas mentais, que contribuam com a aprendizagem dos estudantes em relação a disciplina de Sociologia.

O mapa mental, sistematizado pelo psicólogo britânico Tony Buzan na década de 1970, é "um recurso visual no qual uma ideia central se relaciona com ideias secundárias, terciárias e assim por diante. O objetivo é dispor o pensamento criativo de maneira organizada, auxiliando no gerenciamento das informações" (BUZAN apud SALES, 2025, p. 17). Esse instrumento visual permite a associação de conceitos, a hierarquização de conteúdos e a estimulação da memória e da criatividade. Quando utilizado em sala de aula, possibilita ao estudante visualizar de forma sintetizada o conteúdo trabalhado, favorecendo a compreensão e a retenção das informações.

Em experiências práticas, os mapas mentais demonstraram potencial para facilitar a aprendizagem dos estudantes do terceiro ano do ensino médio, principalmente no que tange à compreensão de textos teóricos e à resolução de questões objetivas, como aquelas presentes em exames como o ENEM. Ao sistematizar conteúdos complexos, como as teorias sociológicas de Marx, Weber e Durkheim, em estruturas visuais claras e objetivas, os mapas mentais tornam-se aliados no enfrentamento das dificuldades de interpretação textual, uma das principais barreiras apontadas pelos estudantes.

A implementação dos mapas mentais como recurso pedagógico, no entanto, não se resume apenas à melhoria das notas. Ela se insere em um contexto mais amplo de valorização da prática docente enquanto ato reflexivo, que parte da observação e da escuta das necessidades dos alunos para então propor soluções concretas e exequíveis. Trata-se de um movimento que exige comprometimento, planejamento e, acima de tudo, compreensão de que a aprendizagem é um processo ativo e relacional (TARDIF; LESSARD, 2007).

Além disso, é essencial considerar que, segundo Pierre Bourdieu, "o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família" (BOURDIEU, 2014, p. 82). Assim, os resultados educacionais não podem ser desvinculados das condições sociais, econômicas e culturais dos estudantes. A introdução dos mapas mentais, portanto, também se apresenta como uma tentativa de equilibrar desigualdades no acesso ao conhecimento, oferecendo uma ferramenta acessível e eficaz para estudantes com distintos níveis de capital cultural.

Ao considerar os resultados obtidos com a aplicação dos mapas mentais nos anos de 2022 e 2023, observa-se uma evolução significativa nas médias das

avaliações de Sociologia. Ainda que persistam as desigualdades educacionais decorrentes de fatores estruturais, como a cor, a renda, o local de residência e a escolaridade dos responsáveis, o uso de mapas mentais contribuiu para avanços concretos na aprendizagem. Em 2022, a maioria das turmas não alcançava a média 6. Com a introdução dos mapas mentais em sala de aula, as notas melhoraram consideravelmente no segundo e terceiro bimestres.

Outro aspecto importante é a simplicidade da aplicação dos mapas mentais. Em um contexto escolar em que há escassez de recursos materiais e tecnológicos, esse instrumento se mostrou eficiente e de baixo custo. Pode ser construído com o uso de papel, quadro branco ou projetores, quando disponíveis, e adaptado às condições da escola e do professor. Sua praticidade, aliada à capacidade de favorecer a compreensão e a sistematização dos conteúdos, reforça seu valor pedagógico.

É relevante destacar ainda que os mapas mentais promovem a autonomia dos estudantes, incentivando-os a construir suas próprias representações do conhecimento. Esse processo contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, essenciais à formação de sujeitos conscientes de sua realidade. Além disso, favorece a inclusão de estudantes com diferentes estilos de aprendizagem, como os visuais, que se beneficiam especialmente de recursos gráficos.

Dessa forma, pode-se afirmar que os mapas mentais são ferramentas metodológicas potentes, que se alinham às demandas contemporâneas da educação. Eles auxiliam na promoção de uma prática pedagógica mais significativa, centrada no estudante, sensível às desigualdades e comprometida com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Embora não sejam uma solução para todos os desafios da educação, representam um importante passo rumo a uma prática docente mais responsiva e inovadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho surgiu da preocupação com o baixo desempenho dos alunos do 3º ano do ensino médio em uma escola regular, apesar de terem contato com a disciplina de Sociologia desde o 1º ano. A partir disso, iniciou-se, em 2022, uma investigação voltada para conhecer melhor o perfil dos estudantes e testar o uso dos

mapas mentais como ferramenta metodológica, por serem de fácil aplicação e adequados à realidade da escola.

No ano letivo de 2022, foi aplicado um questionário socioeconômico aos alunos de 16 turmas do 3º ano e analisadas suas notas nas avaliações dos três primeiros bimestres. Os mapas mentais foram introduzidos apenas no 2º bimestre, o que permitiu uma comparação entre as notas com e sem o uso desse recurso. Observou-se uma melhora significativa nas médias das turmas após sua aplicação.

Ainda em 2022, os estudantes relataram que a principal dificuldade era a interpretação de texto, fator que compromete seu desempenho. Esses dados, junto aos resultados das notas e do perfil socioeconômico, embasaram os objetivos da pesquisa de 2023, que passou a adotar os mapas mentais desde o início do ano letivo.

No 1º bimestre de 2023, as aulas utilizaram mapas mentais elaborados com base no livro didático, alinhando-os diretamente ao conteúdo proposto. Os estudantes também responderam ao mesmo questionário socioeconômico de 2022. A comparação dos dados mostrou que, embora as notas tenham melhorado de forma geral, as disparidades entre os diferentes grupos sociais persistiram. Alunos com melhores médias continuaram se destacando, mesmo com o uso dos mapas.

A pesquisa apresenta comparações das médias nos primeiros bimestres de 2022 e 2023, segmentadas por cor, estado civil, local de moradia, escolaridade da mãe/cuidadora e recebimento de benefício social. Também inclui uma análise preliminar das notas de 2024, ano em que os mapas não foram utilizados, revelando que, sem o uso dessa metodologia, as médias voltaram a cair.

O foco principal da pesquisa foi melhorar o desempenho dos alunos em avaliações objetivas, considerando sua importância em processos seletivos como o ENEM e vestibulares. A intervenção com mapas mentais buscou facilitar a compreensão das teorias sociológicas e se mostrou viável na prática docente, ao contrário de muitas propostas que não se adaptam à realidade escolar.

Em resumo, a aplicação dos mapas mentais como recurso pedagógico resultou em melhora significativa das médias em 2023, superando a média 6, ao contrário dos anos de 2022 e 2024, cujas médias não atingiram 5. Assim, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados e que a intervenção contribuiu para o avanço da aprendizagem dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília DF, 2017.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 16. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CARVALHO, Luciano de Souza. **O Capital Cultural na construção de uma Educação Democrática, Reflexiva e Libertadora**. Thema, Charqueadas: RS, 2012.

MEUCCI. Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 51, n. 3, p. 251–260, set-dez. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/csu.2015.51.3.02/12117>.
Acesso em: 15 de maio 2025.

TARDIF. Maurice. LESSAR. Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ:
Vozes, 2007